

AValiaÇÃO INSTITUCIONAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: Política pública como meio de descentralização e de desenvolvimento

Sônia Maria Hey¹

Edson Aires da Silva²

Argos Gumbowsky³

Resumo

Este estudo se propõe ao relato do processo de avaliação institucional no ensino superior brasileiro. Destaca aspectos legais, históricos e evolutivos e a particular discussão do tratamento desprendido ao processo pelos órgãos oficiais, em uma perspectiva sociológica. A criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) estabeleceu uma avaliação do ensino superior no Brasil de forma mais homogênea ao avaliar todas as IES. Os instrumentos formulados para esse fim sofreram reformulações, o que sinaliza o sentido de aprimoramento do processo avaliativo. A relação da proposta do Sinaes com o conceito de avaliação educacional numa perspectiva sociológica, tem esclarecimento e interpretações em aportes teóricos. Considera-se que a instituição ao ser avaliada em níveis diferentes é confrontada em diversas dimensões e adquiriu grande centralidade nas políticas públicas pelos organismos governamentais. Os elementos principais de sentido e valência social a que se propõe de forma fecunda a avaliação institucional no ensino superior, somam-se à reflexão de que a avaliação institucional pode e deve ser ação eminentemente pedagógica e refletir a verdade, a cooperação, as soluções e o desenvolvimento institucional. Reconhecer essa política de regulação da qualidade como processo de cooperação e fortalecimento, é reconhecer o mérito dessa iniciativa governamental associado ao mérito da autonomia concedida às IES. Apropriar-se e adequar a proposta, mobilizar a comunidade por meio dos instrumentos e canais de comunicação, é dar valor às vocações locais e promover oportunidade e avanços ao capital humano e econômico.

Palavras-chave: Avaliação institucional. Ensino superior. Política Pública. Desenvolvimento.

INSTITUTIONAL EVALUATION IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: Public Policy as a Means of Decentralization and Development

¹ Discente no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – UnC. Coordenadora Pedagógica no Centro Universitário Campo Real.

² Mestre em Engenharia de Produção – UFSC. Reitor no Centro Universitário Campo Real.

³ Doutor em Educação - UFRGS. Coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional – na Universidade do Contestado - UnC.

Abstract

This study proposes to report on the process of institutional evaluation in Brazilian higher education. It highlights legal, historical and evolutionary aspects and the particular discussion of the treatment given to the process by the official bodies, from a sociological perspective. The creation of the National System of Evaluation of Higher Education (SINAES) established an evaluation of higher education in Brazil in a more homogeneous way when evaluating all HEIs. The instruments formulated for this purpose have been reformulated, which indicates the sense of improvement of the evaluation process. The relation of Sinaes' proposal to the concept of educational evaluation in a sociological perspective has clarification and interpretations in theoretical contributions. It is considered that the institution when evaluated at different levels is confronted in several dimensions and acquired great centrality in the public policies by the governmental organisms. The main elements of meaning and social valence to which institutional evaluation in higher education are fruitfully proposed, add to the reflection that institutional evaluation can and should be an eminently pedagogical action and reflect the truth, cooperation, solutions and institutional development. Recognizing this policy of quality regulation as a process of cooperation and strengthening, is to recognize the merit of this governmental initiative associated with the merit of autonomy granted to HEIs. To seize and adapt the proposal, to mobilize the community through the instruments and channels of communication, is to give value to local vocations and to promote opportunity and advances in human and economic capital.

Keywords: Institutional evaluation. Higher education. Publicpolicy. Development.

Introdução

A motivação deste artigo resultou do interesse em aprofundar os estudos acerca da relevância dos processos de avaliação institucional no ensino superior como meio de descentralização e de desenvolvimento. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, teve como suporte a análise documental de livros e publicações relacionadas à avaliação institucional no ensino superior brasileiro, numa perspectiva sociológica.

A investigação está estruturada a partir da descrição da avaliação institucional no ensino superior e a articulação entre ensino superior e desenvolvimento, temas permeados por respectivos contextos históricos e práticas. O cerne do estudo está sustentado em aportes teóricos para a proposição da avaliação institucional como possibilidade de operacionalizá-la devidamente à meio de desenvolvimento.

A correlação reside no cumprimento e fortalecimento dos fecundos compromissos do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para com a avaliação institucional no ensino superior e na ampliação dos sistemas de planejamento e gestão institucional e regional, que transcenda a grande centralidade dos organismos governamentais nesta política pública, particularmente, por se tratar de uma política educacional.

No ano de 2003 foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES¹), com a função de analisar as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, por meio de um processo de avaliação determinado a partir da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004².

A criação do Sinaes veio estabelecer uma avaliação do ensino superior no Brasil de uma forma mais homogênea ao avaliar todas as Instituições de Ensino Superior (IES). Estas IES passaram a ser avaliadas a partir da promulgação da lei em 3 grandes eixos: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), a Avaliação de Curso e a Avaliação da Instituição. O Enade avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. A avaliação de cursos e a avaliação institucional são realizadas atendendo as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e aos instrumentos que foram formulados e que já sofreram várias reformulações, o que sinaliza o sentido de “aprimoramento do processo avaliativo da educação superior, incluindo adequações procedimentais que garantem a operacionalização do Sinaes e a sua completa implementação”. (BRASIL, 2009, p. 7). Esses processos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), com operacionalização de responsabilidade do Inep.

A Avaliação Institucional está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao

¹ Ver mais em: BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior** - Sinaes - Bases para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinaes.pdf> Acesso em 18 de setembro de 2018.

² Ver mais em: **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2004/04/15> Acesso em: 18 de setembro de 2018.

aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O Conceito de Avaliação Institucional numa Perspectiva Sociológica

A relação da proposta do Sinaes com o conceito de avaliação educacional numa perspectiva sociológica, tem esclarecimento e interpretação em Afonso (2003, p. 49), na distinção dos níveis micro, meso e macro. No nível micro, nesse caso, seria a Instituição. No nível meso, no âmbito administrativo e de unidade federativa. No nível macro, a avaliação feita pelos organismos externos à instituição, coordenados pelo Inep. No nível mega, as avaliações internacionais, que são feitas por diferentes agendas internacionais, entidades que fazem muitas vezes comparações e ranqueamento entre instituições. Nesta perspectiva, considera-se que a instituição avaliada é confrontada em diversas dimensões, sejam “éticas, simbólicas, políticas, sociais e pedagógicas que devem ser consideradas como um todo por quem tem especiais responsabilidades na administração da educação, quer em nível do Estado, quer em nível municipal e local, quer em nível da própria unidade escolar”. (Ibid., 2003, p. 49).

Em uma perspectiva sociológica, algumas reflexões no campo teórico contemporâneo da avaliação institucional no ensino superior se seguem. Para Brandalise, “a criação desses níveis mais globais (mega e macro) deve-se ao fato de a avaliação ter adquirido grande centralidade nas políticas públicas pelos organismos governamentais, particularmente nas políticas educacionais”. (BRANDALISE, 2010, p. 317). A autora concluiu que este fenômeno foi apontado pelos estudiosos em avaliação como a presença do “Estado Avaliador” na educação, dado o propósito de ampliação das ações de controle e fiscalização sobre as escolas e os sistemas educacionais.

Dias Sobrinho (2003), compreendendo a complexidade institucional e da comunidade acadêmica, e que o processo de avaliação institucional deve ser amplo,

coletivo, discutido e executado socialmente, lembra que - apesar das limitações que envolve grupos sociais – deve ter intenções fundamentadas em transformação qualitativa, devem ser um amplo processo de conhecimento, interpretação, atribuição de juízos de valor, organização e instauração de ações e metas.

De acordo com estas ideias, Dias Sobrinho (2003) lista as principais características e condições de uma avaliação institucional protagonizada pela comunidade universitária brasileira. Indicando algumas direções e encaminhamentos, sugere que o processo demonstre globalidade, integração, participação e negociação, que seja operatório e estruturante, contextualizado, formativo, e por fim, permanente:

Permanente. A avaliação tem três momentos que apresentam características próprias: a autoavaliação ou avaliação interna, protagonizada pelos agentes da comunidade interna; avaliação externa realizada pelas comissões de pares externos, em articulação e combinação com a autoavaliação; reavaliação, novamente interna que é um momento de meta-avaliação, síntese e retomada do processo em novos patamares. Não obstante, a avaliação com todas essas dimensões combinadas, deve inaugurar-se como uma cultura permanente e integrar-se às estruturas da instituição. Deve intervir no cotidiano e na história da instituição de modo continuado. Sendo um mecanismo de conhecimento e transformação, não pode limitar-se a ser algo episódico e marginal, porém deve fazer parte da mentalidade, das políticas e das estruturas permanentes, porém não fixas ou inflexíveis, de cada universidade. (DIAS SOBRINHO, 2003)

Dias Sobrinho (2003), sustenta que a avaliação como instrumento regulatório do Estado, embute notadamente um viés ideológico. Pondera que é preciso entender que educação é muito mais do que o ensino e que a avaliação é muito mais do que controle. Que a questão de valores é fundamental em educação. O autor assevera que educação não se faz apenas num determinado momento, que o tempo da educação é um tempo total, portanto não pode ser avaliada em tempo estático. Que não se pode deixar de tocar na questão fundamental da educação, que é a formação, o seu valor humano e social.

Se considerarmos a meta da UNESCO de Educação para Todos¹ como o objetivo político da década, não se pode admitir que esse direito universal se restrinja a uma única etapa da formação², em detrimento do ensino superior.

A sociedade deve garantir também um sólido ambiente intelectual e científico à educação básica, o que implica a melhoria do ensino superior e o desenvolvimento da pesquisa científica. Deve ser possível estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo. (UNESCO, 1998)

A ampliação das possibilidades de equidade de oportunidades e superação do baixo nível de qualidade em todos os níveis é o maior desafio do país³ e de toda a América Latina. Desafio, visto políticas condicionadas à financiamento, visto educação condicionada à um quadro histórico de inviabilidade intelectual, política e moral.

Chega-se então ao ponto principal a que a presente análise se dedica. Compreender o sistema de avaliação institucional no ensino superior como meio de acréscimo de qualidade e acompanha o reconhecimento deste processo como instrumento de desenvolvimento por meio do acesso à instrução, à reflexão moral e social, à participação da vida em comunidade, à dignidade, ao protagonismo pessoal e coletivo. Nessa perspectiva, Veiga afirma que:

Só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida

¹ Ver mais em: UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> Acesso em 12 de outubro de 2018.

² Ver mais em: BRASIL. Plano Decenal de Educação para Todos. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília, 1993. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001523.pdf> Acesso em: 27 de outubro de 2018.

³ Ver mais em: BRASIL. Planejando a Próxima Década - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2014. p.62. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em 24 de setembro de 2018.

⁴ DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional da Educação Superior: fontes externas e internas. Unicamp, s.d.

digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. (VEIGA, 2009, p. 23)

Na concepção de Dias Sobrinho (1998), a educação é banhada em valores e ideologias e dotada de evidente e influente política. O autor reforça que a avaliação de uma instituição educativa deve também ser compreendida como um fenômeno público e que interessa a toda a sociedade, muito mais que uma tarefa simplesmente técnica e de ação restrita.

Sendo direto, o autor afirma que a avaliação institucional pode ser um instrumento do neoliberalismo e, então, entre outras coisas, de favorecimento das políticas privatizantes ou, por outro lado, a avaliação universitária se realiza como um programa de resistência a essas políticas, de afirmação do sentido público da educação e de seus valores e princípios mais consistentes.

Dias Sobrinho afirma que “universidade é uma instituição da sociedade, com quem tem compromissos e responsabilidades ineludíveis. Recusá-los seria negar a sua essência e sua principal razão de ser” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 582). Essa afirmação anuncia parte dos elementos principais de sentido e valência social a que se propõe de forma fecunda a avaliação institucional no ensino superior. Pode-se somar à reflexão de que “esta seria a dimensão revolucionária do significado da avaliação: uma possibilidade de articulação da instituição universitária com os reais problemas da sociedade” (AMORIM; SOUSA, 1990, p. 123).

Ressalva para a observação de Faoro (2008) acerca do modelo de sociedade que mantém a necessidade da proteção estatal, permitindo que a tradição mantenha a confusão entre negócios particulares e negócios públicos. Trata-se de um modelo de sociedade, segundo Faoro (2008), que mantém a necessidade da proteção estatal, permitindo que a tradição mantenha a confusão entre negócios particulares e negócios públicos. “Todos os Estados têm igual objeto: manter sua integridade; mas, sob esse escopo geral, há outros, de natureza particular”. (FAORO, 2008, p. 866). A gravidade que o autor constata, é que o mencionado não tem caráter transitório, sempre esteve aí. “Sobre a sociedade, acima das classes, o aparelhamento político - uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes - impera, rege e governa, em nome próprio, num

círculo impermeável de comando” (Ibid., p. 270). Para além de apenas burocracia administrativa, um ‘estamento político’.

A avaliação institucional pode e deve ser ação eminentemente pedagógica, ação do professor, ação de toda comunidade acadêmica, função do ensino superior e deve refletir a verdade, a cooperação, as soluções e o desenvolvimento institucional, uma vez que “a informação fragmentada e autofágica não se faz conhecimento. O saber que reduz a verdade à utilidade não se transforma em sabedoria” (DIAS SOBRINHO, 2014, p. 659).

Sobre os avaliadores, atores na condução desse processo, o pensamento de Gatti (2006) soma a este estudo e sinaliza que não é trivial a condução de uma avaliação institucional, e, assim, demanda boa preparação, para além do domínio das técnicas básicas da investigação avaliativa:

Precisam deter certo domínio sobre as condições de construção dinâmica de processos socioculturais, científicos e pedagógicos, com os múltiplos fatores que os interseccionam. Aos avaliadores se pede, atualmente, modos de atuar menos “burocráticos”, para abrirem-se às posturas dialógicas; a sistemas de trocas e construção de consensos; à lida democrática com o dissenso; à busca de compreensões quanto aos processos desencadeados, a partir de aportes significativos de vários campos disciplinares, da estatística à antropologia cultural. (GATTI, 2006, p.13)

A autora observa que há questões concretas não respondidas, quer para o desenvolvimento da universidade como um todo, quer quando se pensa sobre sua efetividade social. Na condução da avaliação institucional, podem ser refletidas as variáveis que apontem qualidade e potencialidades desse processo. Ristoff (1996) observa que ao avaliar são ‘(re)afirmados valores’. Nisso tudo, Dias Sobrinho confirma que

Há o reconhecimento de que a avaliação ultrapassa em muito os limites de uma sala de aula, de uma instituição, de um programa e até mesmo de um país. Toda avaliação está ligada a um quadro de valores e interesses que tem a ver com os destinos das pessoas e das sociedades. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 16)

Não há planejamento racional possível, em qualquer esfera da sociedade sem avaliação permanente dos alvos a serem atingidos em função das metas propostas.

A avaliação é um procedimento técnico inerente ao planejamento racional e nesse sentido supõe metodologias adequadas à sua realização, que permitem mensurar a eficácia real da organização, assim como a eficácia possível.

Nesse sentido, para CARDOSO (1989), a avaliação, enquanto técnica de controle inerente ao planejamento racional, de mensuração da rentabilidade, da produtividade das organizações, tem apenas uma aparência de neutralidade, porque enquanto subordinada ao processo de planificação da sociedade, expressa tecnicamente os projetos políticos de desenvolvimento do Estado, para a sociedade. Por outro lado, o processo de inserção da Universidade e da Ciências, na lógica do capital, ou no processo de racionalização crescente da cultura, significa também a definição de uma política universitária e de uma política científica, a partir de uma determinada opção política pelo desenvolvimento.

Considerações Finais

Oposta às concepções de caráter regulador e redutor, a compreensão da ideia central da avaliação institucional das IES brasileiras, posiciona o processo avaliativo como diferencial, por ser meio de orientação às instituições na redefinição constante de seus objetivos, metas e prioridades acadêmico/científicas e sociais.

Oportuno se torna, então, compreender a associação direta de um ideal de sociedade a construir e um ideal de cidadão a habitá-la. Em Castoriadis (1995), a tarefa educacional posiciona-se em um terreno eminentemente político, no sentido clássico em que a política delimita a própria fabricação da sociedade, instituindo os valores comuns que devem organizar a vida coletiva e as relações. Em tempo, Rolim e Serra alertam que “nunca é demais lembrar que os principais atores regionais – as universidades, as lideranças políticas, os produtores, demais atores – são regidos por lógicas diferentes”. (ROLIM; SERRA, 2009, p.101).

A importância do tema, refletida nesta perspectiva, pode servir para legitimar um instrumento político à definição ideológica de uma sociedade. Conclui-se com as palavras de Chauí (2011, p. 14): “Acredito que, se procurarmos desvendar os

mecanismos de produção da incompetência social, teremos alguma possibilidade de desfazer internamente o discurso da competência”. Em Frigotto e Gentili (2002), encontra-se o desafio para aqueles que não se conformam com o atual curso da história, de talvez entender as novas modalidades de sociabilidade capitalista, para pensar e construir também novas formas de luta e resistência.

Criar o tão desejado “círculo virtuoso do desenvolvimento” passa pelas questões estratégicas de desenvolvimento do país, obviamente passando pelas bases econômicas, estudo que foi aprofundado por Prado Junior (1972). Corroborando Prado Junior, Lombardi (2011) afirma que “a educação (e o ensino) é determinada, em última instância, pelo modo de produção da vida material”. A questão do mercado ocupando o centro da problemática do desenvolvimento.

A ação humana precisa ser repensada. Para Baumann, a atualidade abdicou de questionar-se. “Impera o princípio das autoevidências, que não precisam de explicações e não são mais objeto de discussões e argumentações”. (BAUMAN, 1998, p. 13-14). Esta ação pode e deve ser eminentemente pedagógica, ação do professor, função do ensino superior. “A informação fragmentada e autofágica não se faz conhecimento. O saber que reduz a verdade à utilidade não se transforma em sabedoria” (DIAS SOBRINHO, 2014, p. 659). A ação humana precisa ser refletida, os valores da sociedade e do homem, o propósito dos fins (e dos meios).

Como lembra House (1992) a avaliação deveria servir aos interesses não somente dos patrocinadores, mas também da sociedade em geral, e dos diferentes grupos envolvidos. Porém, esta forma de avaliação nem sempre tem cumprido estas nobres aspirações.

Referências

AFONSO, A.. Avaliar a escola e a gestão escolar: elementos para uma reflexão crítica. In: ESTEBAN, M. T. (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.

AMORIM, A.; SOUSA, S.M.Z.L.. Avaliação institucional da universidade brasileira: questões polarizadoras. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990. p.154.

BAUMAN, Z. **Globalização**. As Consequências Humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRANDALISE, M. A. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. In: **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 13(2): 315-330, 2010. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor> Acesso em 15 de setembro de 2018.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Da concepção à regulamentação. Comissão Especial de Avaliação (CEA). 5ª edição revisada e ampliada. Brasília, 2009.

CARDOSO, I. A. R. A modernização da universidade brasileira e a questão da avaliação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. Brasiliense: São Paulo, 1989. p. 113-135

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional da educação superior: fontes externas e fontes internas. **Revista Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v.3, nº 34, 1998.

_____. **Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. **Avaliação participativa: perspectivas e desafios**. Organização: Dilvo Ristoff, Vicente de Paula Almeida Júnior. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. p. 240.

_____. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Revista Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, nov. 2014. p. 643-662.

_____. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Revista Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, nov. 2015. 581-601.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FRIGOTTO, G.; GENTILI, P. **A Cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2002.

GATTI, B. A. Avaliação institucional: processo analítico, descritivo ou reflexivo? *In: Estudos em Avaliação Educacional*, v. 17, n. 34, maio/ago. 2006.

RISTOFF, D. I. Princípios do programa de avaliação institucional. **Revista Avaliação**. Campinas, SP, ano 1, n. 1, jul., 1996.

HOUSE, E. R. Tendencias en evaluación. **Revista de educación**. Madrid, n. 299, 1992. p. 43-55.

LOMBARDI, J. C. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

PRADO JUNIOR, C. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Editora brasiliense, 1972.

RISTOFF, D. I. Princípios do programa de avaliação institucional. **Revista Avaliação**. Campinas, SP, ano 1, n. 1, jul., 1996.

ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **Universidade e Desenvolvimento Regional – O Apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional**. Curitiba: Juruá, 2009.

UNESCO/BRASIL. O papel das universidades no desenvolvimento regional. **Tendências da Educação Superior para o século XXI**, Brasília: CNPq/IBICT/UNESCO, 1998.

VEIGA, I. S. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 2009.